



Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2004

AO
EXMO SR. DEPUTADO
JULIO DELGADO – LIDER DO PPS
Esplanada dos Ministérios
Câmara dos Deputados
Anexo 4 – Gab. 323
Cep.: 70160-900
DF-Brasília

Ass.: *Designação para diretoria da ANP*

Nobre Deputado,

Em abril deste ano, juntamente com o engenheiro Murilo Marcato, tivemos uma reunião, com V.Exa., em Juiz de Fora, onde manifestamos a nossa preocupação com as licitações de áreas petrolíferas pela ANP. Sensibilizado com nossos argumentos, V.Exa., se propôs a conseguir uma audiência com a Ministra das Minas e Energia, em Brasília, para tentar suspender a 6ª licitação. No mês de junho, fomos convocados pelo MME e, juntamente com o eng Marcato e V.Exa., participamos de uma reunião com o secretário Mauricio Tolmasquim (anexo, o relato dessa reunião).

Naquela reunião, procuramos mostrar ao secretário Tolmasquim os malefícios de se continuar as licitações, tanto para o país quanto para a Petrobrás. Mostramos ainda que os dados que o secretário usava para justificar as licitações eram falsos.

Em face da pertinência dos nossos argumentos, o Secretário ficou de convocar uma reunião com o diretor de Exploração e Produção da Petrobrás para que pudéssemos debater as questões e demonstrar os nossos argumentos sem deixar quaisquer dúvidas. Lamentavelmente, o secretário não cumpriu a sua promessa e a reunião, de suma importância, não aconteceu, e, o que é pior: a 6ª licitação prosseguiu.

Não obtendo êxito administrativamente a AEPET apelou para a via judicial. Entramos com uma ADI contra o artigo 26 da Lei 9478 que dá a propriedade do petróleo a quem o extrair e o artigo 60 permite exportar. Essa ADI, patrocinada pelo governador Roberto Requião, recebeu acolhida total do relator, Ministro Aires Brito, e está no STF para ser julgado o mérito.

Outra medida judicial impetrada: o edital da 6ª licitação, feito pela ANP, continha um alto grau de subjetividade, para o qual alertamos, antes da realização do leilão, e a ANP prosseguiu o processo assim mesmo. No primeiro dia do leilão, usando a subjetividade denunciada por nós, um consórcio liderado pela empresa americana DEVON arrematou o melhor bloco do leilão: o CM-61, na Bacia de Campos. Este bloco é parte do bloco BC-60



onde a Petrobrás encontrou cerca de 2 bilhões de barris de petróleo. A AEPET, através do seu diretor Sydney Reis, entrou com ação popular e teve a acolhida da juíza da 17ª Vara Federal. Infelizmente, alegando erro de distribuição, que deveria contemplar a 29ª vara, a ação voltou à estaca zero.

Diante do exposto e tendo em vista que o Presidente da República, dentro em breve, indicará nomes para ocupar os cargos de diretor presidente e diretor técnico da ANP a serem referendados pelo Senado Federal, encarecemos que V.Exa, como líder do PPS, dê subsídios ao presidente Lula para que a escolha para essas indicações seja voltada para pessoas que defendem o patrimônio e a soberania nacional.

Em face da importância estratégica do Petróleo e a nova atribuição da ANP de coordenar os projetos de energia renovável, não se pode deixar que a indicação das suas diretorias seja influenciada pelo cartel internacional do setor petróleo, no Brasil sob a coordenação do Senhor David Zylberstajn. Os quadros diretores da ANP, em exercício, foram escolhidos pelo governo Fernando Henrique para entregar o nosso petróleo as empresas estrangeiras. Uma das evidências disto foi a venda de 40% do capital da Petrobrás para bancos americanos. Ao manter os preços dos combustíveis no nível internacional estaremos drenando recursos do povo brasileiro e os enviando diretamente para Wall Street. É preciso nacionalizar a ANP.

Atenciosamente,

Fernando Leite Siqueira
Diretor de Comunicações

Anexo.: Boletim da AEPET com data de 16/06/04
“AEPET se reúne com o Ministério de Minas e Energia”